

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO COM EGRESSOS.

IMPACT EVALUATION OF STUDENT ASSISTANCE PROGRAM: A STUDY WITH GRADUATES

Junia Zacour Azevedo Del Giúdice*

Maria das Dores Saraiva de Loreto**

Denilson Santos de Azevedo***

RESUMO: A avaliação dos impactos de programas sociais é vista como um elemento básico para a continuidade e formulações de ações futuras. No caso do Programa de Assistência Estudantil é percebida como essencial tanto para os estudantes quanto para os gestores públicos, uma vez que contribui para a eficácia das intervenções pelo programa. Assim, a pesquisa, tendo como local de estudo a Universidade Federal de Viçosa, câmpus Viçosa, objetivou examinar a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar e social. Metodologicamente, baseou-se em um estudo de caso, com abordagem descritiva e exploratória e com enfoque qualitativo e quantitativo, sendo a coleta de dados realizada por meio de aplicação de questionários. Os resultados mostraram que os egressos consideram a assistência estudantil um elemento essencial para a sua formação acadêmica, contribuindo para a realização profissional, melhoria econômico-financeira e do espaço relacional.

Palavras-chave: Avaliação de Impactos. Assistência Estudantil. Ensino Superior.

ABSTRACT: *The assessment of the impacts of social programs is seen as a basic element for continuity and formulations of future actions. In the case of the Student Assistance Program is perceived as essential both for students and for public managers, since it contributes to the effectiveness of interventions by the Program. Thus, research, had a local of study as the Federal University of Viçosa, Viçosa câmpus, aimed to examine the perceptions of graduates on the influence of assistance in their life projects, whether in the professional, economic and financial, family and social. Methodologically, was based on a case study approach with descriptive and exploratory approach with qualitative and quantitative data collection was conducted through questionnaires. Results show that the graduates consider student assistance essential to their academic, contributing to professional achievement, improvement of the economic, financial and relational space.*

Keywords: *Impact Assessment. Student Assistance. Higher Education.*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. .

** Pós-Doctor Família e Meio Ambiente. Professora do Departamento de Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. .

*** Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

INTRODUÇÃO

A avaliação dos impactos do Programa de Assistência Estudantil foi realizada com o intuito de verificar os resultados e aferir a eficácia das ações na percepção dos indivíduos que foram assistidos.

De acordo com Cohen e Franco (2011), a razão essencial de um programa ou projeto é produzir mudanças, solucionar um problema social ou prestar serviço a um contingente populacional. Os autores afirmam que a avaliação de programas sociais ocupa um papel central no processo de racionalização das ações adotadas e é um elemento básico do planejamento. A avaliação de resultados é imprescindível para verificação da eficiência, eficácia e efetividade. Segundo Silva (2001), a eficácia, operacionalmente, é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa na população beneficiária, em determinado período de tempo. A eficiência é a relação entre custos e benefícios; enquanto a efetividade representa a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos. A avaliação de impacto do programa é a verificação do resultado, que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos.

Silva (2001) caracteriza a avaliação de impactos como uma medida de desempenho da ação de um programa, que pode ser realizada durante ou depois da implementação do programa, para verificar se obteve ou não os resultados previstos. Dirige-se para além do programa, subsidiando decisões sobre política, onde os usuários são os decisores públicos.

Portanto, realizar avaliações de políticas sociais permite melhorar os modelos existentes, medir os resultados as ações desenvolvidas e o alcance dos objetivos propostos. Este tipo de avaliação serve também para decidir sobre a continuidade das ações, para formulação de ações futuras e, enfim, para orientar políticas.

O Programa de Assistência Estudantil¹ da Universidade Federal de Viçosa (UFV), câmpus de Viçosa, engloba ações nas áreas de saúde física e mental, com atividades preventivas e curativas e orientação psicossocial; alimentação, com distribuição de refeições nos Restaurantes Universitários (RU); moradia, com a concessão de bolsas e vagas nos alojamentos; esporte e lazer. Especialmente aos estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a UFV concede benefícios nas modalidades de “bolsas” e “serviços”², quais sejam: Serviço Moradia, Serviço Alimentação, Bolsa Moradia, Bolsa Manutenção e Bolsa Creche/Pré-Escola (UFV, 2000 a 2012).

No entanto, na época em que os egressos cursavam graduação na UFV, os benefícios concedidos pertenciam à categoria de Bolsa-Carência, que consistia da concessão de: Bolsa Integral (alojamento e alimentação gratuitos para portadores de necessidades especiais); Bolsa Moradia (alojamento gratuito); Bolsa Arte (concessão de alimentação gratuita aos estudantes que participassem do grupo de teatro e do Coral da UFV); Bolsa LUVE (o estudante que participasse de atividades esportivas como atleta era isento do pagamento da alimentação no RU) e Bolsa Atividade (consistia na concessão do benefício alimentação com a contrapartida de desempenho de atividades nas áreas de ensino, pesquisa, extensão nos diversos setores da UFV) (UFV, 2000 a 2012).

O Programa funcionava com recursos gerados pela própria Universidade, pois não havia destinação, pelo governo federal, de verba específica para este fim. O Programa atendia aos estudantes com ações mais pontuais, de acordo com a realidade vivenciada e a demanda dos estudantes.

Atualmente, o Programa funciona em conformidade com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES),

¹ Denomina-se Programa de Assistência Estudantil o conjunto das ações realizadas na UFV, nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer, destinadas aos estudantes matriculados na instituição.

² Os “serviços” consistem de concessões gratuitas de vaga para moradia nos alojamentos e de alimentação nos Restaurantes Universitários, sem a exigência de contrapartida e as “bolsas”, a concessão de recursos financeiros.

instituído pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação e, posteriormente, pelo Decreto Lei n. 7234, de 19 de julho de 2010. O PNAES tem por objetivo, garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. O Programa apresenta como meta o estímulo à adoção de programas de assistência estudantil, tais como, bolsa-trabalho ou outros, destinados a apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social que demonstrem bom desempenho acadêmico (ANDIFES, 2007).

A partir, então, da implantação do PNAES, em dezembro de 2008, o governo passou a investir em ações de assistência estudantil, permitindo às instituições o planejamento e a implantação de programas destinados ao apoio dos estudantes de baixa condição socioeconômica.

Na UFV, estudos tem sido realizados desde então, para adaptação dos procedimentos, em atendimento às normatizações propostas pelo PNAES. Algumas modalidades de bolsa foram extintas e novas foram criadas. A metodologia de atendimento e de avaliação da situação dos estudantes e de suas famílias vem sendo totalmente reestruturada e foram criados dois tipos de concessão de benefícios, caracterizados como “bolsas” e “serviços”.

Atualmente a UFV atende a aproximadamente 3.200 estudantes de graduação, regularmente matriculados em cursos presenciais e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, representando cerca de 25% de todos os estudantes de graduação matriculados na instituição (UFV, 2000 a 2012). Entretanto, apesar da significativa demanda por assistência estudantil e do seu estabelecimento legal, inexistem estudos avaliativos sobre seus resultados e impactos.

Nesse contexto, a avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, *câmpus* de Viçosa, foi realizada na perspectiva do entendimento de como as políticas de assistência estudantil adotadas pela Instituição

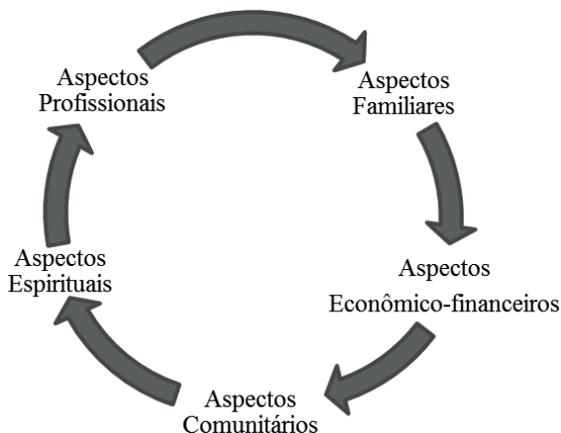
contribuíram para os projetos de vida dos indivíduos que foram beneficiários e seus reflexos nos âmbitos profissional, econômico-financeiro, familiar e social. Ou seja, em que medida o programa alcançou seus objetivos, considerando-se a percepção dos egressos sobre a influência da assistência em seus projetos de vida.

De acordo com Ribeiro (2005), os projetos de vida de cada pessoa envolvem a articulação entre a dimensão individual (subjetividade) e a social, que geram a idealização e realização de um percurso de vida. Nesse sentido, a ação humana é gerada na relação entre o sujeito e o mundo, entre a pessoa e a sociedade, e que ambos os extremos dessa relação podem influenciar essa ação.

Os projetos são elaborados e construídos de acordo com experiências sócio-culturais, vivências e interações interpretadas. O projeto de vida não é e nem pode ser um fenômeno puramente subjetivo, apesar de estar relacionado a fantasias, sua matéria-prima é cultural e de certa forma tem que ser coerente, em um processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. Os contemporâneos do sujeito serão aliados, inimigos ou indiferentes, cujos projetos e condutas originarão os limites dos projetos do sujeito (VELHO, 1994 *apud* JUNCKEN, 2005).

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID, 2012), a elaboração dos projetos de vida envolve aspectos que estão inter-relacionados e que implicam no estabelecimento de ações contínuas e interligadas, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Aspectos no Estabelecimento do Projeto de Vida



Fonte: OBID (2012), com adaptações.

Nessa perspectiva, cada dimensão ou aspectos, descritos na Figura 1, agem como fatores que possibilitam ou impossibilitam um determinado comportamento do indivíduo, influenciado, como no caso do estudo em questão, pela conclusão de um curso superior e escolha profissional. Parte-se, então, do pressuposto de que cada indivíduo tem um projeto pessoal e profissional e que a assistência estudantil interferiu na concretização de parte desses projetos de vida.

Diante disso, foram destacados como objeto deste estudo, os aspectos profissionais e familiares, que estão interligados com os aspectos econômico-financeiros, considerados fundamentais para a construção dos projetos de vida da amostra estudada. Ou seja, a capacitação do estudante é considerada, então, como parte importante dos projetos de vida dos ex-beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, câmpus de Viçosa. Isto se deve ao fato de que a aspiração por melhores condições de vida, por meio de inserção no mercado de trabalho e obtenção de melhores salários, foi um fator abordado por todos os participantes da pesquisa.

1 METODOLOGIA

A pesquisa, baseada em um estudo de caso, teve uma abordagem descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, sendo conduzida na Universidade Federal de Viçosa (UFV), câmpus de Viçosa - Minas Gerais - Brasil. A unidade empírica de análise deste estudo foram as ações que compõem o Programa de Assistência Estudantil da Instituição.

A amostra probabilística foi retirada dentre os indivíduos que se formaram no ano de 2009 e que foram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da Ufv, câmpus de Viçosa. A escolha se pautou na suposição de que, com este tempo, três anos de conclusão de curso, o indivíduo já estaria inserido em alguma atividade, seja na pós-graduação ou no mercado de trabalho. Participaram da pesquisa 43 egressos, o equivalente a 12,5% da população total.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário, cuja escolha se pautou pela possibilidade de aplicação simultânea a todos os indivíduos que compõem a amostra do estudo. Além de se obter maior uniformidade na avaliação e respostas mais rápidas e precisas.

Os dados relativos aos resultados do programa foram coletados por meio de informações sobre a realidade do egresso e como, na sua visão, a assistência estudantil influenciou nessa realidade, considerando seus projetos de vida, seja no âmbito profissional, econômico-financeiro, familiar, social ou de redes de convivência.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Perfil dos Egressos

Analisando os dados pessoais dos egressos, 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino, sendo a maioria solteira (80%), na faixa etária de 31 a 40 anos (77%). Os demais, 4%, estão

na faixa etária entre 18 a 24 anos e 19% com idade acima de 40 anos. Apenas 19% são casados.

Com relação à situação de trabalho, a maioria dos egressos encontra-se trabalhando e muitos estão conjugando um trabalho com a pós-graduação ou, somente, fazendo uma pós-graduação. Uma parcela muito pequena encontra-se desempregada. Observa-se, no Gráfico 1, um número significativo de indivíduos está cursando pós-graduação, evidenciando a necessidade de darem continuidade aos estudos, almejando melhor capacitação para o mercado de trabalho, pois a competitividade é grande e, desta forma, podem ter melhores chances.

Mudanças e exigências do mercado laboral têm feito proliferar um novo perfil de profissionais, no qual a educação continuada tornou-se o caminho ideal para se manter no mercado de trabalho. Sendo assim, um número cada vez maior de indivíduos está voltando para a os cursos e programas de pós-graduação³, em busca de capacitação e especialização profissional.

O conhecimento está se renovando muito rapidamente, devido à globalização, à velocidade da informação e desenvolvimento da tecnologia, sendo preciso estar constantemente se atualizando e para se conservar no mercado de trabalho o indivíduo procura, cada vez mais, os cursos de pós-graduação.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou pesquisas nacionais em 1997, 2004 e 2010, com o objetivo de traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação. Os estudos diagnosticaram a situação desses estudantes, permitindo que o fórum apresentasse à ANDIFES a proposta de um Programa Nacional de Assistência Estudantil. Dentre os resultados encontrados em sua última pesquisa, em 2010, a educação continuada está no plano de 64% dos estudantes. O desejo dos estudantes das federais,

³ De acordo com o art. 44, Inciso III, da LDB n. 9394/96, "os cursos e programas de Pós-Graduação, compreendem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam as exigências das instituições de ensino" (disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

após a formatura é trabalhar (22%); continuar estudando (19%) e conjugar as duas atividades (55%) (FONAPRACE, 2010).

Os cursos em que os egressos se formaram na UFV, foram divididos por Centros de Ciências, sendo que 21% pertenciam ao Centro de Ciências Agrárias, 20% ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 26% do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e 33% do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Foi perguntado também aos participantes em qual ordem de prioridade se classificava a sua opção pelo curso e 82% responderam que foi a sua primeira opção, significando que a maioria permaneceu no curso escolhido, ou seja, não trocou de curso.

Quando perguntados sobre os motivos da escolha pela UFV, simultaneamente, responderam que foram pela qualidade do ensino (83%). Em geral, a escolha pela UFV se pautou na conceituação da instituição, sendo considerada uma das melhores do país e por ser referência na área agrária, conforme o relato de um ex-aluno: “a UFV possui excelência reconhecida em Ciências Agrárias em âmbito nacional e internacional, além dos serviços de assistência estudantil oferecida, por meio da bolsa moradia e alimentação, sem os quais seria extremamente difícil a minha permanência no curso de graduação” (*Part. n. 13, CCA, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A assistência estudantil foi considerada por 52% dos egressos como fator importante para permanência e conclusão do curso de graduação. Como exemplo, cita-se o depoimento:

O motivo principal, sem dúvida, foi a assistência estudantil oferecida. Venho de família modesta e na ocasião do meu ingresso na UFV, Março de 2005, a única universidade que poderia estudar seria a UFV. Durante toda a graduação, de Março de 2005 a Dezembro de 2009, fui morador do alojamento (...) e trabalhei como bolsista atividade no RU durante os primeiros 2 anos e 6 meses e, em seguida, no Núcleo Interdisciplinar de Análise de Sinais (NIAS) no departamento de Engenharia elétrica. Fatores como estes demonstram que minha escolha pela UFV foi mais que acertada (*Part. n. 22, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Depoimentos como estes mostram como a assistência estudantil foi importante na vida dos egressos e a forma como foi abordada demonstra reconhecimento e valorização pelo benefício recebido, bem como da contrapartida exigida ao estudante de desenvolvimento de atividades em algum setor. Tais atividades, de acordo com o regimento da “Bolsa Atividade”, à época, tinham por princípio dar a oportunidade ao estudante de atuar na sua área de formação em atividades de pesquisa ou extensão ou em área administrativa, o que contribuía para sua formação profissional (UFV, 2000). Atualmente os estudantes não desenvolvem estas atividades. A modalidade do benefício “Bolsa Atividade” foi substituído pelo “Serviço Alimentação”, atendendo às normas do PNAES e reivindicações dos estudantes.

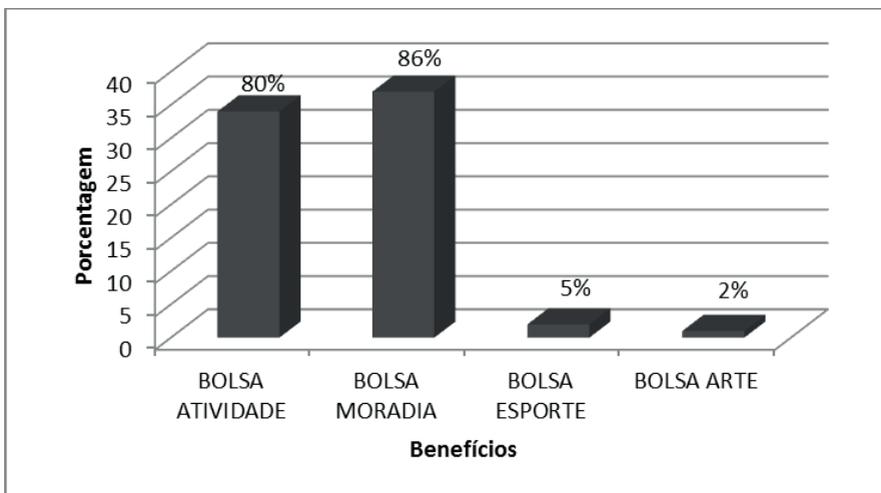
Os demais motivos, tais como, a proximidade com a cidade da residência dos pais foi citada por 40% dos egressos, a tranquilidade e custo de vida em Viçosa por 4% e finalmente, 2% escolheram a UFV por ser uma instituição Federal.

Com relação à assistência concedida, foi solicitado aos participantes que marcassem os benefícios recebidos enquanto estavam cursando graduação na UFV. A grande maioria, aproximadamente 80% dos egressos, obteve os benefícios moradia e alimentação, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Os participantes poderiam marcar mais de uma opção, mesmo porque os benefícios podiam ser acumulados, ou seja, um estudante poderia usufruir dos benefícios moradia e alimentação ao mesmo tempo ou acumular Bolsa Moradia com Bolsa Esporte ou com Bolsa Arte.

Vale ressaltar, que as Bolsas Arte e Esporte não eram destinadas somente aos estudantes em vulnerabilidade social. Os estudantes eram selecionados pelas habilidades, por isso um número pequeno representado no gráfico.

Gráfico 1 – Benefícios Recebidos pelos Egressos do Programa de Assistência Estudantil da UFV, câmpus de Viçosa



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Foi perguntado aos egressos se consideravam que o(s) benefício(s) concedido(s) foram suficientes e 63% responderam que sim, no sentido de que supriram as necessidades de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos, conforme os relatos:

Além destes benefícios, eu possuía bolsa de iniciação científica que ajudava com os demais gastos (materiais e alimentação). Apesar de ter grande valia o recurso recebido pela assistência estudantil, ainda tinham estes outros gastos (*Part. n. 07, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Foi suficiente, pois o maior gasto que teria em Viçosa seria exatamente com moradia e alimentação. Os demais gastos, meus pais conseguiram cobrir (*Part. n. 17, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*).

Para a maioria dos egressos, os benefícios foram suficientes na medida em que cumpriam com seus propósitos, porém os gastos extras eram supridos com outros recursos,

advindos da família do estudante ou de bolsas de pesquisa ou extensão. Ou seja, consideraram que os benefícios supriram suas necessidades básicas, diminuindo os gastos da família com sua manutenção.

Por outro lado, 37% responderam que os benefícios não eram suficientes, justificando que tinham outros gastos: “Os gastos de um estudante não se resumem em moradia e alimentação. Materiais escolares, eventos (congressos, simpósios, visitas técnicas), trabalhos de campo, são bastante dispendiosos. Assim, bolsa moradia e bolsa atividade não foram suficientes como fontes de recurso” (*Part. n. 35, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Parte dos estudantes não considera os benefícios como fonte de recursos suficiente, tendo em vista os altos gastos com atividades acadêmicas importantes para sua formação e capacitação e com materiais didáticos. Assim, uma reclamação geral foi com relação aos gastos com materiais didáticos, como xerox, apostilas, materiais para aulas práticas, etc. Estes gastos são onerosos, levando os estudantes a utilizarem outras estratégias para obter mais recursos. Além disso, os RU não funcionavam nos finais de semana à noite, oferecendo somente café da manhã e almoço e tinham os gastos com lanches nos intervalos das principais refeições.

O benefício representava, na percepção de 72% dos egressos, uma forma de manter o estudante na universidade: “representou a minha permanência na UFV. Mesmo que o recurso não fosse suficiente para todas as minhas despesas, contribuiu para amenizá-las e muito, pois supria quase 70% dos meus gastos. Como meus pais não tinham condições de me manter na UFV, só consegui por meio da bolsa e uma pequena ajuda de meu irmão” (*Part. n. 11, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

No entanto, para 40% representava uma grande ajuda, influenciando no orçamento familiar e na manutenção de mais um membro da família na Instituição:

Sem dúvida foi de grande ajuda, uma vez que o orçamento familiar teria ficado extremamente apertado, principalmente porque meu irmão também estava fazendo graduação na UFV. Foi muito importante termos a bolsa Moradia (*Part. n. 31, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Representou a possibilidade de manter duas filhas em uma instituição de ensino superior, o que seria impossível sem o recebimento dos auxílios (*Part. n. 01, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A permanência na UFV e o êxito na formação dos egressos foram possíveis por meio da assistência estudantil, visto que os pais não tinham condições de manter os estudantes, ou seja, para mantê-los, haveria um arrocho no orçamento familiar. A maioria citou que os benefícios implicaram em grande alívio nas despesas da família podendo, os recursos, serem alocados em outras necessidades da família.

Em 88% dos casos, as famílias completavam as despesas dos egressos e 68% exerciam alguma atividade remunerada, por meio da obtenção de bolsas de pesquisa ou extensão universitária, como também trabalhos informais. Como exemplo, citaram as bolsas de iniciação científica ou de ensino (tutoria, monitoria), estágio remunerado, empresa júnior, aulas particulares, trabalhos de informática (digitações), trabalhos em eventos e festas (garçons, seguranças), vendas de roupas e cosméticos e outros.

As bolsas de pesquisa e extensão também foram abordadas nos questionários aplicados, de forma que os egressos tinham que responder se tiveram tais bolsas e se as mesmas interferiram no rendimento acadêmico e de que forma. Os dados mostram que 42% não obtiveram tais bolsas. Porém, 49% obtiveram bolsas de iniciação científica, 5% bolsas de extensão e 12% tiveram outros tipos de bolsas. Destes, 99% responderam que a interferência no rendimento acadêmico foi positiva, alegando que, para se conseguir as bolsas é necessário ter bom rendimento acadêmico e que proporcionaram enriquecimento pessoal e profissional, de acordo com as citações:

A bolsa de iniciação científica possibilitou grande crescimento profissional, desenvolvimento e reconhecimento de habilidades pessoais. A partir desta atividade, passei a interagir mais com publicações científicas e meio científico (simpósios, congressos), inclusive com apresentação de trabalhos, que me ajudou muito com as atividades do próprio curso (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Consistia em estímulo aos estudos, tanto para a própria manutenção ou renovação da bolsa quanto ao investimento a longo prazo, como pré-requisito importante para o ingresso na Pós-Graduação (*Part. n. 13, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Ainda colho frutos da pesquisa que realizei (*Part. n. 22, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A interferência das bolsas de pesquisa e extensão foi considerada positiva pelo fato de representar um estímulo ao estudante a ter um bom coeficiente de rendimento para manutenção e renovação das referidas bolsas. Além disso, a formação profissional, o reconhecimento e desenvolvimento de habilidades e a possibilidade de ingresso em programas de pós-graduação, foram, em grande parte, influenciados pela obtenção de tais bolsas. As bolsas propiciaram também a participação em eventos científicos, como congressos e simpósios, onde os egressos tiveram oportunidade de publicar seus trabalhos, enriquecendo seus currículos. Tais fatores são também importantes para o crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

2.2 Percepções dos Egressos

2.2.1 Assistência Estudantil

A assistência estudantil foi considerada importante para 100% dos egressos e o relato de todos é o de que sem ela, não seria possível estudantes advindos de famílias de baixa renda, freqüentarem uma universidade, como citou um ex-aluno:

Hoje a discussão sobre como garantir que estudantes negros e oriundos de escolas públicas possam ter acesso ao ensino superior é intensa. Porém, é necessária a constatação de que essas pessoas, em sua maioria, são oriundas de famílias de baixa renda e acessam o ensino superior exatamente na idade em que ajudariam a compor a renda familiar. Assim, para essas famílias, manter um membro em outra cidade sem que ele possua uma renda própria é algo muito árduo. É exatamente nesse ponto que a assistência estudantil se mostra importante, garantindo que essas pessoas possam estudar sem onerar o orçamento familiar (*Part. n. 19, CCA, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Quando perguntado aos egressos se eles não tivessem recebido o apoio da universidade, representado por meio dos benefícios da assistência estudantil, quais estratégias utilizariam, 60% responderam que teriam que trabalhar, porém teriam que exercer alguma atividade que conciliasse com os horários das aulas ou, então, teriam que fazer outro curso, em horário noturno e, desta forma, teriam que “abrir mão” de realizar o sonho da profissão almejada, de acordo com os depoimentos:

É provável que eu teria procurado por atividades remuneradas (que provavelmente interfeririam negativamente em meu rendimento acadêmico) (*Part. n. 35, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Trabalhar por umas horas e fazer menos disciplinas. Isso faria com que eu me formasse num prazo mais prolongado (*Part. n. 07, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

No entanto, 20% responderam que não poderiam continuar com os estudos, como citou um ex-aluno, “não haveria possibilidade de cursar engenharia civil, que é um curso de horário integral, e aliar isso a algum tipo de emprego. Sem os benefícios provavelmente não teria iniciado o curso na UFV (*Part. n. 23, CCE, na faixa etária de 25 a 30 anos*). Por outro lado, 12% não souberam responder o que fariam, como uma ex-aluna relatou, “nem sei... Acho que teria que trabalhar algum tempo e juntar dinheiro pra depois fazer um curso superior” (*Part. n. 42, CCE, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os demais, 8%, responderam que tentariam bolsas de pesquisa e extensão: “teria procurado bolsas de extensão, iniciação científica, entre outras oportunidades que a UFV proporciona, como fiz posteriormente” (*Part. n. 03, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos*). Outra alternativa seria a redução ao máximo as despesas, como também a venda de cosméticos, artesanatos, etc.: “provavelmente teria me envolvido com alguma atividade com a finalidade de ganhar dinheiro (venda de produtos de beleza, entre outras)” (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Desta forma, percebe-se que, sem a assistência estudantil, muitos dos egressos não prosseguiriam com os estudos ou o fariam de forma mais dificultada, comprometendo o rendimento acadêmico ou atrasando a conclusão do seu curso.

De acordo com Costa (2009), é importante refletir como as políticas de assistência estudantil podem garantir condições justas de oportunidade para os estudantes permanecerem e concluírem os seus cursos. As políticas de assistência estudantil na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Sendo assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo possa realizar as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas.

O PNAES tem por objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e

regionais; a redução das taxas de retenção e evasão e a contribuição para promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Com relação à interferência dos benefícios recebidos no rendimento acadêmico, 98% dos egressos consideraram que a interferência foi positiva, porque gerou certa tranquilidade para poderem se dedicar melhor aos estudos: “meu rendimento acadêmico melhorou, pois morando perto e com alimentação saudável eu pude me dedicar mais aos estudos” (*Part. n. 06, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os fatores, como tranquilidade, segurança e tempo foram considerados os mais importantes para o rendimento acadêmico, na concepção dos egressos. A tranquilidade, relacionada à redução dos problemas a resolver e à garantia de se ter moradia e alimentação, geravam segurança e aliviavam as tensões e, com isso, havia melhor dedicação aos estudos. De acordo com o depoimento de uma ex-aluna, “eu nunca tive problemas com meu rendimento acadêmico depois que recebi esses auxílios. Antes ficava preocupada com o que iria fazer para ter dinheiro para comer, depois das bolsas fiquei mais tranquila e não tive problemas” (*Part. n. 02, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*). O fator tempo foi relacionado à moradia dentro do *câmpus*, propiciando agilidade na locomoção para os prédios e laboratórios de aulas e biblioteca, sobrando mais tempo para os estudos: “a bolsa moradia era bastante benéfica para mim, pois, pelo fato de morar dentro da UFV, sempre estava na biblioteca estudando” (*Part. n. 14, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Outro fator, também citado pelos egressos, refere-se à carga horária da bolsa atividade, que consumia algum tempo dos egressos e que consistia de 10 a 12 horas semanais de desempenho de atividades, em algum setor da UFV, em contrapartida ao recebimento do benefício alimentação e, finalmente, o tempo relacionado ao desempenho de atividades remuneradas: “algumas vezes os horários de bolsa atividade atrapalhavam na hora de fazer algum trabalho ou estudar para as provas, mas de maneira geral, trabalhar para ganhar a alimentação ajudava a não ficar preocupada

em ficar pensando como conseguir dinheiro para alimentação” (Part. n. 30, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Outro ex-aluno relatou que, antes de receber os benefícios, tinha que exercer alguma atividade para sua manutenção, o que levava ao cansaço e à falta de tempo para os estudos. Com a obtenção dos benefícios o desempenho acadêmico foi melhorado: “antes de obter os benefícios tinha que exercer atividades fora da UFV e, com isto, sentia-me mais cansado e com menos tempo para os estudos. Com a obtenção dos benefícios tive uma melhora em meu rendimento acadêmico” (Part. n. 40, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 31 a 40 anos).

Quando perguntado se os benefícios da assistência estudantil contribuíram para a realização dos cursos, 78% dos egressos responderam que sim, justificando que o recebimento dos benefícios permitiu a conclusão do curso de graduação e em tempo hábil: “os benefícios recebidos permitiram que eu concluísse minha graduação em tempo hábil, segura que queria investir meu futuro na área acadêmica e seria capaz de alcançar os meus sonhos” (Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Nesse sentido, os benefícios foram considerados essenciais para terem, também, bom desempenho acadêmico. Como dito anteriormente, a Bolsa Atividade permitia ao estudante realizar atividades nos diversos setores da UFV e a grande maioria atuava nos departamentos dos cursos de graduação, diretamente com os professores, em laboratórios e salas de aula. Isto dava oportunidades ao estudante de exercer atividades em sua área de formação e de estabelecer contatos que foram importantes para realização de cursos de pós-graduação e para sua vida profissional. De acordo com o relato de um ex-aluno, “com o bom desempenho acadêmico me senti bem preparado e consegui passar na seleção concorrida do mestrado na faculdade de medicina da USP e no momento faço meu doutorado (com bolsa da própria universidade, adquirida após concorrer com cerca de 300 alunos de todo mundo) na prestigiosa Universidade de Freiburg na Alemanha” (Part. n. 36, CCB, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Todos estes depoimentos demonstram que a assistência estudantil contribui para que o estudante consiga concluir seu curso em tempo hábil, interferindo positivamente no seu rendimento acadêmico, reduzindo as possibilidades de retenção e de evasão.

2.2.2 Investimento em Capital Humano

A grande maioria dos egressos, 95%, tem conhecimento de que um dos objetivos da assistência estudantil é o desenvolvimento do capital humano, entendido como investimento em educação, para que o indivíduo tenha a oportunidade de se capacitar e de ingressar no mercado de trabalho em melhores condições. Consideram que os benefícios recebidos contribuíram para a sua formação, como demonstrado em suas citações:

Por meio destes benefícios, desenvolvi e reconheci habilidades pessoais que me auxiliaram a seguir a vida acadêmica (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A minha formação acadêmica na UFV só foi possível graças a esses auxílios. Sem a minha formação acadêmica eu não poderia estar trabalhando onde eu estou hoje (*Part. n. 20, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os benefícios aproximam a população carente do ensino superior. Com certeza houve grande contribuição para meu Capital Humano. Hoje estou inserido no mercado de trabalho com renda cinco vezes maior que a renda da minha família no início de minha graduação (*Part. n. 24, CCH, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Nunca pensei por esse lado. Mas, agora entendo e digo que sem as bolsas, meu sonho de ser química ia ser adiado (*Part. n. 43, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

A assistência estudantil, reconhecida como um direito social, constitui uma política importante na redução das desigualdades sociais, na medida em que permite que indivíduos de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. Além disso, os benefícios proporcionaram o desenvolvimento de habilidades e a formação profissional, conforme os relatos, assim como a realização do sonho de se formar em um curso superior, dando oportunidades de melhores empregos e melhores salários.

De acordo com um trabalho realizado por Vargas (2008), sobre assistência estudantil e mercado de trabalho, na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, os estudos e as estatísticas sobre escolaridade e emprego demonstram que quanto mais elevado o nível de instrução do trabalhador, maior será sua remuneração e a probabilidade de encontrar uma ocupação. Por sua vez, indivíduos que evadem e/ou nem chegam a ingressar nos níveis mais elevados do sistema de ensino, não deixam apenas de portar um diploma ou um título, mas têm também, em média, menores remunerações no mercado de trabalho. A relação entre a assistência estudantil e o investimento em capital humano, leva à reflexão de que a assistência não funciona simplesmente como mecanismo de propiciar condições de permanência no ensino superior, evidencia também outro aspecto relevante, que é o de auxiliar estudantes pobres a obter o diploma de graduação. A assistência estudantil colabora também para que estes universitários tornem-se profissionais qualificados e, assim, possam ingressar no mercado de trabalho portando uma credencial valorizada, um certificado expedido por uma instituição reconhecida pela qualidade do ensino ofertado.

2.2.3 Interferência da Assistência Estudantil nos Projetos de Vida

De acordo com Mendes (2008), os sujeitos se produzem e reproduzem na realidade concreta, na vida cotidiana, por meio das relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço. A vida cotidiana ocorre em um tempo, o presente, onde se encontram as marcas de uma geração, ou seja, as situações que expõem os

sujeitos à mesma fase do processo coletivo. Como foi possível observar, os participantes desta pesquisa estão em uma posição que permite vivenciar os mesmos acontecimentos que, mediados pela particularidade, acabam por incidir na formação da sua subjetividade e, conseqüentemente, na escolha por seus projetos de vida, sejam nos âmbitos profissional e econômico-financeiro, quanto familiar e social.

Os egressos puderam verbalizar que seus projetos individuais foram construídos como resposta às dificuldades, problemas e soluções que teriam que buscar, pelo fato de possuírem um histórico de vulnerabilidade social, marcada pelos impactos das diferenças sociais, manifestadas pelas dificuldades financeiras, problemas familiares, como desemprego, doenças, alcoolismo, dentre outros. Com isso, as expectativas, da maioria deles, estavam associadas em ter uma boa colocação no mercado de trabalho e melhoria das condições econômicas e sociais. Assim, os dados mostraram que os projetos apresentaram uma busca da concretização dos direitos básicos, como a conclusão de um curso superior e a inserção no mercado de trabalho, visando a obtenção de uma renda mensal estável e o aumento as redes sociais.

- **No âmbito profissional**

De acordo com os depoimentos, observa-se que, na visão dos egressos, os benefícios recebidos interferiram positivamente na sua formação profissional, pois contribuíram para a conclusão de um curso de graduação, o que foi fundamental para conseguirem os empregos que hoje possuem e para a realização de cursos de capacitação, como os de pós-graduação. A seguir, transcreve-se algumas citações:

Diante dos benefícios, consegui realizar meus estudos e melhorou minha concepção cultural e desenvolvimento humano, que condicionou melhoria em meus projetos de vida particular e profissional (*Part. n. 04, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*).

Os benefícios recebidos me possibilitaram estudar em um centro que é referência em todo o Brasil. Isso expandiu as minhas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Além disso, os benefícios recebidos me possibilitaram focar mais em minha formação profissional, pois me liberou das preocupações que eu teria caso tivesse que pagar pela moradia e alimentação (*Part. n. 19, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Sem a assistência estudantil eu não teria cursado o ensino superior e estaria hoje em uma faixa inferior do mercado de trabalho (*Part. n. 23, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os projetos dos egressos, na perspectiva do âmbito profissional, foram organizados em torno da obtenção de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Consideram que, partir do momento em que obtêm um diploma de curso superior, as chances de inserção no mercado de trabalho são maiores, bem como, a continuidade dos estudos com outros cursos de capacitação, como os de pós-graduação.

- **No âmbito econômico-financeiro**

Na percepção dos egressos, a interferência dos benefícios recebidos estava relacionada a questões, como estabilidade, de acordo com o relato de uma ex-aluna, “hoje eu tenho uma renda mensal fixa” (*Part. n. 16, CCH, na faixa etária de 31 a 40 anos*) e melhor qualidade de vida, como citado por outra ex-aluna, “proporcionou melhoria na qualidade de vida, no senso crítico, e desenvolvimento humano e profissional, repercutindo no aspecto financeiro” (*Part. n. 04, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*).

A assistência estudantil também deu suporte para maior dedicação aos estudos, como relatado por uma egressa, “permitiu que me dedicasse mais as atividades da universidade e que investisse nos meus projetos de vida, que me renderam títulos e possibilidade de emprego” (*Part. n. 10, CCB, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

e obtenção de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho: “a minha formação acadêmica só foi possível graças à assistência estudantil, e essa formação é que possibilitou minha atual colocação no mercado de trabalho” (*Part. n. 19, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Um fator importante nos projetos de vida dos egressos, de modo geral, é a questão da renda. Muitos deles experimentaram a situação do trabalho informal, marcado pela transitoriedade, como as experiências que tiveram de garçons, manicuras, professores de aulas particulares e outros.

Juncken (2005, p. 120) afirma que “trabalhar é garantir uma certa autonomia e uma certa liberdade, ou seja, é poder tomar decisões sobre a própria vida e ter autonomia para fazer uso do seu dinheiro”. O trabalho é considerado pelos egressos como um meio de obter uma renda mensal fixa, melhorando sua qualidade de vida

- **No âmbito familiar**

De acordo com os relatos dos egressos, a concessão dos benefícios contribuiu para uma relação familiar mais tranquila e diminuição das despesas: “permitiu que a minha relação familiar fosse mais tranquila, não havendo cobranças, no sentido de que não teriam condições de me auxiliar na realização do sonho, da formação em uma universidade pública de qualidade” (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Em contrapartida, a sua formação e inserção no mercado de trabalho representam hoje a possibilidade de ajudar aos pais: “hoje posso ajudar minha família financeiramente” (*Part. n. 16, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 31 a 40 anos*). Assim, uma melhor qualidade de vida do egresso implica, também, em melhoria da qualidade de vida da família, pois possibilita a contribuição do mesmo com as despesas de casa, bem como, ter maior espaço e autonomia nas relações familiares: “melhorando minhas condições de vida, condicionou a melhoria da qualidade de vida de toda minha família, inclusive a contribuição e capacidade para meus irmãos

seguirem o mesmo caminho na própria instituição” (*Part. n. 02, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

- **No âmbito social**

O fato de morar em alojamento proporcionou aos egressos a convivência comunitária e o cultivo de virtudes advindas do relacionamento humano, conforme os depoimentos:

Permitiu que eu aprendesse a conviver com várias pessoas e até a me relacionar melhor com outras pessoas em outros ambientes (*Part. n. 09, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Morar no alojamento significou um período de crescimento, de aprender a conviver com pessoas diferentes (*Part. n. 18, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Melhoria nas relações humanas, convívio harmônico, tolerância e respeito as diferenças (*Part. n. 39, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Da mesma forma, as atividades desenvolvidas, pela contrapartida da Bolsa Atividade, proporcionaram maior contato com professores, pesquisadores e profissionais da área de formação. Além disso, foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho em equipe: “no alojamento aprendemos a conviver com pessoas distintas, compartilhar as experiências, alimentos, dentre outros. No trabalho no RU é muito comum a solidariedade para com os colegas, essencial para um trabalho em grupo” (*Part. n. 13, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Os egressos alegaram, ainda, que houve um aumento na rede de amigos: “as redes de convivência com certeza aumentaram muito, porque formei bons amigos no alojamento, pessoas que tinham perfis ou histórias de vida parecidas com a minha. Aprendi muita coisa nos alojamentos” (*Part. n. 12, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*). Além de contatos profissionais, conforme o depoimento: “exercer minha profissão possibilita

a participação em eventos sociais e o aumento da minha rede de convivência profissional” (*Part. n. 43, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Segundo Sousa (2006), à luz da teoria de Vygotsky, é a partir da juventude que o indivíduo pode compreender a sua própria inserção na sociedade, em sua classe e na sociedade global, considerando que as transformações por que passa implicam uma nova consciência de si mesmo e uma visão de mundo. O jovem apresenta características que o capacitam a fazer escolhas e a tomar decisões sobre suas aspirações e seu projeto de vida. Também aponta para o seu encaminhamento para a universidade, que é uma instituição que, de certa forma, promete ao jovem uma abertura a novos conteúdos com a promessa de ensino superior, de diversidade e de universalidade. Os jovens, por sua vez, parecem buscar na universidade apenas a contemplação de seu desejo de inserção social, em detrimento de uma busca pelo auto-enriquecimento cultural. Em especial, os jovens de classe baixa acabam sentindo a universidade como uma via de acesso para a sua inclusão no mercado de trabalho.

O acesso à universidade representa, assim, a busca por uma vida melhor, o que, por sua vez, significa uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho e maior poder aquisitivo, isto é, a realização de um futuro que está sendo construído durante o curso universitário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo permitem concluir que o Programa de Assistência Estudantil da UFV tem cumprido com seu papel, promovendo atividades voltadas ao desenvolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades de acesso e permanência, para obterem êxito em sua formação. Parte significativa dos estudantes não lograria êxito em sua carreira se não lhe fossem proporcionadas as condições objetivas para tal, do contrário, prevaleceria a retenção acadêmica e a evasão que são prejudiciais para eles e para o país como um todo.

A assistência estudantil oferecida pela Instituição foi o segundo maior motivo que os egressos citaram pela escolha da UFV, seguidos da qualidade do ensino, que foi considerado o principal motivo e ainda, pela proximidade com o local de residência, tranquilidade e custo de vida da cidade de Viçosa e por ser uma instituição Federal.

Na visão dos egressos, os benefícios recebidos interferiram positivamente em seus projetos de vida. Contribuíram para sua formação profissional, para a conclusão de um curso de graduação, o que foi fundamental para inserirem no mercado de trabalho e para a realização de cursos de capacitação como os de pós-graduação.

No âmbito familiar, o apoio recebido permitiu uma relação familiar mais tranqüila e a redução das despesas. A inserção no mercado de trabalho, atualmente, representa a possibilidade de ajudar aos pais e demais membros familiares.

A assistência estudantil também contribuiu para a ativação e aumento das redes sociais. Declararam que o fato de morarem em alojamento proporcionou o desenvolvimento das relações humanas, assim como as atividades exercidas pela contrapartida da “Bolsa Atividade”, pois relataram que obtiveram maior contato com professores, pesquisadores e profissionais da sua área de formação. E que hoje “colhem os frutos” disso.

Nesse contexto, os resultados apresentados, quando analisados à luz das teorias expostas neste capítulo, levam à conclusão de que o Programa de Assistência Estudantil da UFV, *câmpus* de Viçosa, é efetivo, apresentando resultados positivos, de acordo com os objetivos propostos e a percepção dos beneficiários egressos sobre as repercussões do programa na vida profissional, familiar e social.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em www.andifes.org.br, acesso em 02/08/2012.

BRASIL. **Decreto n 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília. 2010. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 02/08/2012.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de Projetos Sociais. 9. ed. - Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. 2010. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/administracao/decanatos/dac/fonaprace/Perfil.html>. Acesso em: 28 nov. 2011.

JUNCKEN, E. T. **Juventude Pobre, Participação e Redes de Sociabilidade na Construção do Projeto de Vida**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MENDES, J. T. N. **O Projeto de Vida dos Jovens Pobres na Vivência do Tempo Presente**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

OBID. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **Tratamento/Reinserção Social/Definição**. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

RIBEIRO, M. A. O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária – Um Estudo Preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. V.6, n.2, p. 55 – 70, 2005.

SILVA, M. O. S. (org.) **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SOUSA, L. M. de e SOUSA, S. M. G. Jovens Universitários de Baixa-Renda e a Busca pela Inclusão Social Via Universidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistalapip/revista_volume_1_numero_2.php>. Acesso em: 12 dez. 2012.

UFV. **Relatórios Anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários** – PCD e das Divisões: Alimentação, Assistência Estudantil, Esporte e Lazer, Psicossocial e Saúde. Viçosa, Minas Gerais: UFV, 2000 a 2012.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG** – 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.